



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FADIR (JANEIRO A DEZEMBRO/2020)

1. Histórico

A Faculdade de Direito – FADIR foi criada através de Resolução nº 99/2008, do Conselho Universitário (COUN), de 10/11/2008, publicada no Boletim de Serviço nº 4447, de 21/11/2008 e implantada pela Resolução nº 69/2009, do Conselho Universitário (COUN), publicada no Boletim de Serviço nº 4660, de 09/10/2009.

A estrutura da FADIR, implantada a partir de 01/07/2011 pela Resolução nº 10/2011, do Conselho Universitário, de 08/02/2011, com as alterações feitas pela Resolução nº 33/2013, do Conselho Universitário, de 26/04/2013, é a seguinte:

2. Estrutura administrativa da Faculdade de Direito

- Coordenação de Curso de Graduação – Natalia Pompeu
- Coordenação de Gestão Acadêmica- Sandro Fabian Francilio Dornelles
 - Secretaria Acadêmica- Eufrásio Pereira Feitosa
 - Secretaria de Apoio Pedagógico- Tarsis Witley de Almeida Arruda
- Coordenação de Prática Jurídica- Aurélio Tomaz da Silva Briltes
- Coordenação da Pós-Graduação em Direito – Livia Gaigher Bosio Campelo
- Coordenação Administrativa- Ludmar de Barros

Em 2020 a FADIR contou com 33 docentes do quadro permanente, 04 professores visitantes, 03 professores voluntários e 12 técnicos administrativos, a saber:

Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Situação Funcional
Ana Paula Martins Amaral	Doutorado	DE	Em exercício
André Puccinelli Júnior	Doutorado	40 h	Em exercício
Andréa Flores	Doutorado	40h	Em exercício
Aurélio Tomaz da Silva Briltes	Mestrado	DE	Em exercício
Bruno Marini	Mestrado	DE	Em exercício



Caíque Ribeiro Galícia	Doutorado	20h	Em exercício
Cesar Augusto Silva da Silva	Doutorado	DE	Em exercício
Danielle de Ouro Mamed	Doutorado	DE	Em exercício
Elisaide Trevisam	Doutorado	DE	Em exercício
Fernando Lopes Nogueira	Doutorado	DE	Em exercício
Gleicy Denise Vasques Moreira Santos	Doutorado	DE	Em exercício
Isabelle Dias Carneiro Santos	Doutorado	DE	Em exercício
Ivan Correa Leite	Doutorado	DE	Em exercício
José Paulo Gutierrez	Doutorado	DE	Em exercício
Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas	Doutorado	40h	Em exercício
Livia Gaigher Bosio Campelo	Doutorado	DE	Em exercício
Luciane Gregio Soares Linjardi	Mestrado	DE	Em exercício
Luciani Coimbra de Carvalho	Doutorado	40h	Em exercício
Luiz Henrique Volpe Camargo	Doutorado	40h	Em exercício
Maurinice Evaristo Wenceslau	Doutorado	DE	Em exercício
Natalia Pompeu	Doutorado	DE	Em exercício
Ney Alves Veras	Mestrado	DE	Em exercício
Nilton César Antunes da Costa	Doutorado	40 h	Em exercício
Olavo de Oliveira Neto	Doutorado	20h	Em exercício
Rejane Alves de Arruda	Doutorado	40 h	Em exercício
Rogério Mayer	Doutorado	DE	Em exercício
Sandro Rogério Monteiro de Oliveira	Doutorado	40h	Em exercício
Shary-Kalinka Ramalho Sanches	Doutorado	DE	Licença-saúde
Tatiana Azambuja Ujacow Martins	Mestrado	DE	Em exercício
Tchoya Gardenal Fina do Nascimento	Doutorado	DE	Em exercício
Vladmir Oliveira da Silveira	Doutorado	40h	Em exercício
Ynes da Silva Félix	Doutorado	DE	Em exercício
Sandra Martini	Doutorado	Visitante/ DE	Em exercício
Maria Esther Martinez Quinteiro	Doutorado	Visitante/ DE	Em exercício
Elisaide Trevisam	Doutorado	Visitante/ DE	Em exercício
Luc Quonian	Doutorado	Visitante/ DE	Em exercício
Marcos José Pinto	Mestrado	Substituto	Encerrado
Alaety Patricia Teixeira Coronel Munhoz	Mestrado	Voluntário	Encerrado
Leonardo Avelino Duarte	Mestrado	Voluntário	Encerrado
Marlon Lima Chaves	Mestrado	Voluntário	Encerrado

Técnico-administrativos	Função
Ludmar de Barros	Coordenadora Administrativa



Sandro Fabian Francilio Dorneles	Coordenador de Gestão Acadêmica
Claudia Cristina Melo Paim	Apoio/Secac
Devanildo Braz da Silva	Apoio Pós-Graduação Lato-Sensu
Henrique Navarro Dias	Apoio COAD
Eufrásio Pereira Feitosa	Apoio/SECAC
Rafael Cogo	Apoio/SECAC
Emily Pache de Souza Coimbra	Apoio SAP
Marcelo Gomes Soares	Apoio Mestrado
Thalita de Faria Campos Correa	Apoio Mestrado
Tanice Harue Medrado Akamine	Apoio EMAJ
Tarsis Witley de Almeida Arruda	Apoio SAP

2.1 Conselho da Faculdade de Direito

O Conselho da FADIR é composto pelos seguintes membros: Profa. Ynes da Silva Félix (Presidente); Profa. Natalia Pompeu, Coordenadora do Curso de Graduação em Direito; Prof. Aurélio Tomaz da Silva Briltes, Coordenador de Práticas Jurídicas; Profa. Livia Gaigher Bósio Campello, Coordenadora do Curso de Mestrado em Direito; Profa. Luciani Coimbra de Carvalho, Docente Eleita; Profa. Isabelle Dias Carneiro, Docente Eleita. Prof. José Paulo Gutierrez, Docente Eleito; Prof. Sandro Rogério Monteiro de Oliveira, Docente Eleito; Profa. Danielle de Ouro Mamed, Docente Eleita; Prof. Vladmir Oliveira da Silveira, Docente Eleito; Prof. Fernando Lopes Nogueira, Docente Eleito, Sandro Fabian Francílio Dornelles, Coordenador de Gestão Acadêmica; Ludmar de Barros, Coordenadora Administrativa; Társis Witley de Almeida Arruda, Representante Técnico-Administrativo (SISTA); Ari Rogério Ferra Junior, Representante Discente da Pós-Graduação (DCE); Henrique Alencar Cosmo dos Santos, Representante Discente da Graduação (DCE).

2.2. Colegiado de Curso de Graduação

São membros do Colegiado de Curso os docentes: Natalia Pompeu (Presidente); Nilton César Antunes da Costa; Ana Paula Martins Amaral; Cesar Augusto Silva da Silva e Juliana Martins de Mattos Leal (representante discente).

2.3. Colegiado de Curso do Mestrado



São membros do Colegiado de Curso os docentes: Livia Gaigher Bósio Campello (Presidente); Ana Paula Martins Amaral; Luciani Coimbra De Carvalho; Vladmir Oliveira Da Silveira e Abner Da Silva Jaques.

3. Direção da Faculdade de Direito

Em decorrência da Pandemia, a Faculdade de Direito, desde a emissão da PORTARIA Nº 405, DE 16 DE MARÇO DE 2020, aderiu o trabalho remoto em suas atividades administrativas e pedagógicas. Todas as reuniões de Colegiado de Curso, Comissões e Conselhos ocorreram de forma on-line.

A Comissão do Plano de Biossegurança da Fadir elaborou o plano da unidade seguindo as diretrizes contidas no Plano de Biossegurança da UFMS (RESOLUÇÃO Nº 37, DE 29 DE ABRIL DE 2020. (*), o qual resultou aprovação do Conselho na RESOLUÇÃO Nº 110, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.

Foram renovados o total de 04 contratos de professores visitantes no decorrer do ano, entre eles, o do Prof. Dr. Luc Marie Quoniam e o da professora Maria Esther Martinez Quinteiro, como professores visitantes estrangeiros, bem como o da professora Sandra Regina Martini, como professora visitante nacional e da professora Elisaide Trevisam que teve seu contrato, como professora visitante nacional, prorrogado de 2019 até a data de 31/05/2020.

Sobre os pedidos de licença-capacitação, a Fadir atendeu 02 requerimentos de afastamento de professores para conclusão de doutorado: servidor Ney Alves Vera (03 meses) e da servidora Luciane Gregio Soares Linjardi (03 meses).

Foram também aprovados o total de 02 pedidos de Mobilidade Acadêmica Internacional para a Universidade do Porto, em Portugal: acadêmica Laura Lopes Campos e do acadêmico Henrique Alencar Cosmo dos Santos.

A Fadir também recebeu 03 novos docentes efetivos no ano de 2020: Caíque Ribeiro Gálícia (20h); Luiz Henrique Volpe Camargo (40h) e Elisaide Trevisam (DE).

Entre os meses de agosto e setembro de 2020, houve eleição para escolha de 1 membro docente para compor o Conselho de Faculdade da Faculdade de Direito, para complementação de mandato, biênio 2020-2022, sendo eleito o Conselheiro José Paulo Gutierrez (RESOLUÇÃO Nº 106, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020).



A direção da Fadir publicou um total de 15 Editais no decorrer do ano para atender os Processos Seletivos do Programa de Seleção de Monitorias de Ensino de Graduação e do Curso de Gestão em Segurança Pública..

Em decorrência do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020, Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, Portaria nº 1.920, RTR, de 20 de dezembro de 2019 e Portaria nº 758, RTR, de 13 de agosto de 2020, o Conselho de Faculdade, após análise da Comissão constituída para tal finalidade, revogou os atos normativos expedidos pela Faculdade de Direito (RESOLUÇÃO Nº 112, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020), bem como autorizou a divulgação da listagem dos atos normativos vigentes (RESOLUÇÃO Nº 113, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020).

Ademais foram emitidas um total de, até 18/12/2020, 150 Resoluções e 49 Instruções de Serviços, em 2020.

Dentre os recursos orçamentários liberados para a Faculdade de Direito, as matrizes orçamentárias foram destinadas da seguinte forma:

Matrizes	Cota 100%	Cota Disponível	Saldo
Revitalização de Laboratórios de Graduação - Aulas Práticas	R\$ 7.033,52	R\$ 7.033,52	R\$ 7.033,52
Custeio – Diárias e Passagens	R\$ 64.773,24	R\$ 12.954,65 (20% 30%)	R\$ 12.954,65
Custeio – Cesta Costa	R\$ 19.431,97	R\$ 4.663,67 (24%)	R\$ 14.768,30
Manutenção	R\$ 32.386,62	-	R\$ 32.386,62

Entretanto, houve a inviabilidade, até o presente momento, de utilizar o recurso destinado, devido ao período da pandemia, adesão do trabalho remoto por todos os servidores e conseqüente manutenção do estoque de materiais de expedientes e de consumo na Fadir e ausência de atas que atendam às necessidades reais da Faculdade.

Dentre outras atividades, a Direção acompanhou, junto com a Comissão constituída, as propostas do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para 2020 a 2024, o qual foi aprovado pelo Conselho de Faculdade (RESOLUÇÃO Nº 133, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020) e cadastrado no sistema SISPDU.

Outrossim, foram encaminhados acordos, protocolos de intenções e convênios com instituições que cooperam e fortalecem o ensino à comunidade acadêmica. Vale destacar a conclusão do convênio firmado entre a UFMS e a Università Degli Studi di Camerino -



UNICAM (Itália), cujo objeto foi promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico e cultural internacional e interuniversitário, visando à formação e aperfeiçoamento e a especialização docente, discente e técnica, bem como o desenvolvimento institucional; esse convênio instituiu o Programa de Internacionalização com Dupla Diplomação na Graduação em Direito.

4. Coordenação de Gestão Acadêmica

A COAC/FADIR foi criada em março de 2018, e tem a sua frente o TAE Sandro Dornelles e junto com os colaboradores desenvolveram as seguintes atividades no decorrer do ano:

- Elaboração, ouvida a coordenação de Curso, da proposta de lista de oferta das disciplinas lotadas na Fadir;
- Elaboração da proposta de distribuição de encargos docentes da Fadir e das cargas horárias contratuais;
- Elaboração das propostas de contratação de docentes para atender as necessidades da Fadir;
- Ensalamento das atividades acadêmicas;
- Orientação dos docentes quanto às diretrizes e às normas relacionadas à área acadêmica;
- Divulgação das informações referentes à pesquisa, ao ensino e à extensão, desenvolvidas na Unidade da Administração Setorial;
- Atendimento aos alunos da graduação para assuntos da área acadêmica.
- Auxílio na elaboração do Regulamento de Atividades Complementares;
- Auxílio na Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso;
- Auxílio na elaboração do Regulamento de TCC;

4.1. Atividades desenvolvidas pela SECAC

- Controlar e cumprir os prazos fixados no calendário escolar;
- Executar os procedimentos afetos à matrícula de alunos;
- Orientar, controlar e conferir a matrícula dos alunos, em função dos relatórios de convocação e número de vagas;
- Viabilizar a liberação das disciplinas no sistema acadêmico;



- Orientar, assessorar e acompanhar os discentes nos pedidos de transferências, trancamentos de matrículas e solicitações de aproveitamento de estudos e outros;
- Colaborar com os Coordenadores de Cursos e Coordenadores de Gestão Acadêmica nas solicitações de aproveitamento de disciplinas e outros;
- Proceder o recebimento e encaminhar aos Coordenadores de Cursos, os processos de candidatos à vaga, para análise de currículo;
- Orientar e controlar o recebimento dos requerimentos de dispensa de disciplinas, observando os prazos fixados;
- Encaminhar aos Coordenadores de Cursos, processos de alunos transferidos e outros, para providências quanto à análise de currículo e produção de Resoluções;
- Executar o lançamento no histórico escolar das resoluções referentes à dispensa de disciplinas, emitidas pelo Conselho competente;
- Executar os lançamentos e atualizações dos históricos escolares;
- Orientar e informar os discentes sobre seu movimento curricular;
- Acompanhar a atualização dos programas e/ou ementas das disciplinas ministradas na Unidade;
- Preparar a documentação para cerimônia de colação de grau;
- Instruir os processos de registro de diplomas e encaminhá-los à Coordenadoria de Administração Acadêmica;
- Encaminhar aos Coordenadores de Curso os processos de aproveitamento de estudos que ingressarem na Unidade Setorial;
- Emitir atestados, declarações, certificados e histórico solicitados pelos discentes;
- Desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

4.2. Atividades desenvolvidas pela SAP

- Auxiliar na execução de Planos de estudos;
- Auxiliar na execução de Análise Curricular;
- Auxílio na elaboração do PPC;
- Auxílio técnico nas bancas de Monografia;
- Publicar Resoluções do Colegiado de Curso;
- Auxiliar na elaboração de Resoluções do Colegiado de Curso;



- Auxiliar nos Processos de Regime Especial;
- Auxiliar nos Processos de Mobilidade acadêmica;
- Auxiliar a Secac na elaboração de lista de formandos e demais atos nos Processos de Colação de Grau;
- Auxiliar os Professores nos Processo de Alteração de Nota;
- Auxílio nas Reuniões do Colegiado de Curso e do NDE.

5. Coordenação de Curso de Graduação

Em relação as atividades realizadas pela Coordenação de Curso foram realizadas as seguintes em 2020:

- Elaboração do Regulamento de Atividades Complementares;
- Participação na Elaboração do Regulamento de Estágio;
- Elaboração do Regulamento de Atividades Orientadas de Ensino;
- Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso;
- Elaboração do Regulamento de TCC;
- Elaborar Planos de Estudos
- Elaborar Análise Curricular
- Presidir o Colegiado de Curso
- Presidir o NDE
- Elaborar Resoluções do Colegiado de Curso
- Realizar atos relativos ao Enade
- Atendimento aos acadêmicos da graduação
- Colaborar na elaboração da lista de Oferta de disciplinas

6. Pós-graduação *Lato sensu*:

No primeiro semestre o ano corrente foi elaborado o relatório final do Acordo de Cooperação celebrado entre a UFMS e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do qual foi ofertado o curso de especialização em Gestão Judiciária (AC nº 078/2016), iniciado em 2017 e finalizado em 2019, o qual certificou 49 especialistas em Gestão Judiciária.

Ainda no primeiro semestre, foram elaborados os seguintes documentos:



- 1) projeto do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD;
- 2) regulamento do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD;
- 3) edital de seleção de professores para o curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD;
- 4) edital de seleção de tutores para o curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD;
- 5) edital de seleção de alunos para o curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD.

Além disso, foram realizados, em conjunto com a SEAD, processos seletivos de professores e tutores para o curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD, sendo quatro processos seletivos para professores e dois para tutores.

Iniciados no primeiro semestre e avançados até agosto/2020, dois processos seletivos de alunos para o curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD, totalizando 1.520 inscrições.

Em setembro foram matriculados de 214 estudantes no curso de especialização em Gestão em Segurança Pública (210 eram as vagas originais, mas duas foram abertas por decisão judicial após as matrículas e outras duas para suprir desistências formalizadas).

As atividades do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, ofertado na modalidade EaD, foram iniciadas em 11 de setembro de 2020. Observa-se que o curso é ofertado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), cuja aprovação ocorreu após aprovação no Edital CAPES nº 5/2018, tendo a CAPES autorizado a implementação no ano corrente.

A respeito da especialização, a UFMS está mantendo tratativas com a Prefeitura de Campo Grande com vistas a celebração de Acordo de Cooperação para ofertar a segunda turma do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública, este voltado para servidores do município de Campo Grande.



7. Pós-graduação *Stricto sensu* – Curso de Mestrado em Direito

O Programa de Mestrado Acadêmico em Direito está implantado desde o início de 2016, tendo sido reconhecido por meio da Portaria MEC nº 919, de 18 de agosto de 2016, constituindo-se como um mecanismo de fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Direito, vindo a suprir a carência de um Programa de Mestrado em Direito na região, voltado ao estudo e aplicação do direito às peculiaridades regionais do estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Atualmente, o Curso de Mestrado em Direito oferece 30 vagas anuais, na área de concentração “Direitos Humanos”, com duas linhas de pesquisas: Direitos Humanos, Estado e Fronteira e Direitos Fundamentais, Democracia e Desenvolvimento Sustentável. Possui um corpo docente altamente qualificado com 17 docentes doutores, sendo 11 permanentes, 02 visitantes internacionais, 01 visitante nacional e 03 colaboradores, tendo formado cerca de 56 Mestres em Direito, egressos que se destacam pelos espaços que ocupam no âmbito das diversas carreiras jurídicas.

Logo abaixo, serão apresentados os dados quantitativos da equipe técnica e das atividades realizadas, no ano de 2020, no Curso de Mestrado:

7.1. Professores Credenciados:

7.1.2 Permanentes: 11

7.1.3 Visitantes: 04

7.1.4 Colaboradores: 03

7.1.5 Técnicos Administrativos: 02

7.2. Seleção de alunos regulares 2020/1

7.2.1 114 inscrições deferidas;

7.2.2 146 inscrições indeferidas;

7.2.3 30 alunos regulares matriculados;

7.2.4 20 alunos matriculados como alunos especiais;

7.2.5 Receita com a arrecadação de inscrições: R\$ 27.367,50.

7.3. Bolsistas CAPES: 05 alunos



- 7.4. Qualificações realizadas em 2020: 09

- 7.5. Defesas realizadas em 2020: 17
- 7.6. Relatório Sucupira: 650 páginas

- 7.7. Afastamentos discentes: 01

- 7.8. Desligamentos discentes: 01

- 7.9. Seleção de alunos especiais 2020/2
 - 7.9.1 67 inscrições deferidas;
 - 7.9.2 16 inscrições indeferidas;
 - 7.9.3 49 alunos especiais matriculados.

- 7.10. Alunos de Estágio Pós-Doutoral Voluntário: 01

- 7.11. Reuniões de Colegiado realizadas: 04

- 7.12. Resoluções emitidas: 113

- 7.13. Atividades Realizadas:

- 7.14. Atualização da Plataforma Sucupira e respectivo envio do Relatório de Coleta;
 - 7.14.1 Lançamento do Edital para inscrições do processo seletivo para estágio pós-doutoral em fluxo contínuo na modalidade voluntária;
 - 7.14.2 Adesão do PPGD/FADIR/UFMS na REDE BRASILEIRA DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITOS HUMANOS.
 - 7.14.3 Publicação da Revista Direito UFMS Vol 6 Nr 1;
 - 7.14.5 Realização da Auto-avaliação do PPGD;
 - 7.14.6 Realinhamento do PDU do PPGD ao PDI Institucional;



7.14.7 Implementação do Instagram do PPGD;

8. Escritório Modelo de Assistência Judiciária

Desde 2015, o EMAJ/FADIR, sob coordenação do Professor Aurélio Tomaz da Silva Briltes, desenvolve atividades de ensino, extensão e pesquisa, na qual, além de proporcionar aos acadêmicos de Direito o contato com a realidade da sociedade, fomenta o conhecimento prático por meio dos atendimentos à população vulnerável (hipossuficientes, trabalhadores sem representação sindical, estrangeiros, refugiados e ribeirinhos) acerca dos direitos humanos trabalhistas, previdenciários e sociais. Insta destacar que todas as atividades são oficiais e registradas nos protocolos do Ministério da Educação (SIGPROJ/MEC).

O EMAJ/FADIR/UFMS, por meio dos Projetos de Extensão, como o **Clínicas Jurídicas em Direitos Fundamentais Trabalhistas, Criminais e Previdenciários**, além de colocar os acadêmicos na linha de frente e possibilitá-los o contato com a realidade prática, possibilita o desenvolvimento da cidadania e aprimoramento das técnicas emancipatórias.

Diante disso, o projeto tem como proposta a inovação jurídica na abordagem do conhecimento bem como sua transmissão, colaborando com o aumento da qualidade dos serviços jurisdicionais no âmbito da extensão universitária e ainda estimular o ensino jurídico por disseminar experiências exitosas.

Realizam-se diversos eventos, como Visitas Técnicas com os acadêmicos e participação em Ações Sociais. Ademais, visa proporcionar intercâmbio institucional de informações nas áreas de atuação da Prática jurídica da Faculdade de Direito (Educação Jurídica por meio da Extensão) e do Ministério Público do Trabalho (irregularidades, trabalho escravo, dentre outras), através do atendimento aos assistidos, confecção de peças relacionadas às ações protocoladas e realização das respectivas audiências.

Nesse sentido, o Projeto de Extensão, coordenado pelo Professor Aurélio Briltes, demonstra bastante reconhecimento ante as Instituições Jurídicas, tendo recebido diversos prêmios da AJUFE (Associação dos Juízes Federais do Brasil), tais como o mais recente Prêmio de Menção Honrosa na categoria de Instituições Públicas, do I Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça, pela importante atuação em Direitos da Seguridade Social, em



especial, com os projetos e atendimentos realizados em prol da equidade de gênero e emancipação das mulheres na região do Pantanal.

Por conseguinte, visa fomentar a extensão universitária por meio habilidades específicas para resolução de conflitos extrajudiciais e judiciais e elaboração das respectivas peças jurídicas na área de concentração do Direito do Trabalho e da Saúde, Assistência e Previdência Social; informações de irregularidades diante dos atendimentos no âmbito dos atendimentos do projeto de Extensão da Prática Jurídica; estabelecer um protocolo para que os acadêmicos possam acompanhar as demandas; contribuir com os aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos nas áreas de concentração do Projeto; e permitir o aprimoramento do conhecimento científico nas áreas de atuação.

8.1 Objetivos

8.1.1 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável;

8.1.2 Proporcionar o acesso à justiça para todos;

8.1.3 Construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

8.1.4 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e;

8.1.5 Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, alinhando-se assim, com o objetivo sustentável 16 da Agenda 2030, estabelecida em 2015 pelas Nações Unidas.

8.2 Equipe

Coordenador – Aurélio Tomaz da Silva Briltes

Coordenadora no período de 02/09/2019 até 30/09/2020 - Tchoya Gardenal Fina do Nascimento

Técnica – Tanice Harue Medrado Akamine

Estagiária Pró Estágio – Fernanda da Silva Pereira Alves

Acadêmicos Bolsistas e Voluntários

Advogados Voluntários

8.3 Atividades realizadas

1. Atendimentos à comunidade urbana - plantão trabalhista presencial no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho (antes do enfrentamento à pandemia): 27;



2. Participação em audiências (antes do enfrentamento à pandemia): 01;
3. Atendimentos presenciais no EMAJ – casos sensíveis (antes do enfrentamento à pandemia): 05;
4. Plantão de dúvidas jurídicas por e-mail e whats app - foram recebidas dúvidas até de outros estados, como São Paulo: cerca de 200 atendimentos;
5. Spots com informações jurídicas de utilidade pública na programação da Rádio UFMS: cerca de 1.000 reproduções de conteúdo na rádio; alcance social – todos os ouvintes da rádio UFMS);
6. Realização de palestras à comunidade externa: alcance social de aproximadamente 3.000 pessoas;
7. Andamentos processuais: 945;
8. Compromissos agendados: 114;
9. Elaboração de artigos científicos, resumos e cartilhas;
10. Elaboração de pesquisa de jurisprudências;
11. Implementação do Instagram do EMAJ com informações de utilidade pública;
12. Reuniões por videoconferência;
13. Participação em seminários, congressos e eventos virtuais;
14. Elaboração de peças e pareceres jurídicos;
15. Implementação da Escola Virtual do EMAJ para ministrar cursos, atualmente em andamento o Curso de Direito Notarial e Registral;
16. Recebimento de honorários advocatícios por meio da subconta do EMAJ;
17. Recebimento de estagiária para o EMAJ – Pró-Estágio;
18. Recebimento de doações de: computadores, mobiliário geral, mobiliário para Tribunal do Júri, dois veículos, sendo um tipo sedan e outro tipo minivan para participações em audiências, compromissos gerais do EMAJ e Projetos de Justiça Itinerante;
19. Aquisição de materiais: persianas; reforma de estofados; pastas de documentos; e uniformes.

8.4. Projetos relacionados

8.4.1 Curso de Extensão em Direito Notarial e Registros Públicos



Visa aprimorar os conhecimentos atinentes aos registros públicos, em suas diversas modalidades – registro de imóveis, registro civil de pessoas naturais, registro de títulos e documentos, registro civil de pessoas jurídicas, tabelionato de notas e tabelionato de protesto. Ocorre em dois módulos de forma cíclica, sendo o primeiro em 2020.1 e o segundo em 2020, com participação dos professores Gil Messias Fleming, Thaís Maria Peixoto e Raíssa Peixoto Fleming, a qual é egressa da FADIR. Contou com a participação de 45 alunos matriculados em cada módulo e foi adaptado para a modalidade de ensino à distância em razão do enfrentamento ao coronavírus. É coordenado e supervisionado pelo professor Aurélio Tomaz da Silva Briltes.

8.4.2 Projeto “Falando dos direitos em época de Coronavírus”

Numa iniciativa de atender a demanda da população neste cenário inédito e sanar questões legais, a Faculdade de Direito da UFMS teve aprovado o projeto “Falando dos direitos em época de Coronavírus” no edital de ações, ideias e propostas de enfrentamento à Covid-19 promovido pela Universidade, sob coordenação da professora Tchoya Gardenal Fina do Nascimento.

O objetivo do projeto é prestar esclarecimentos e orientar a comunidade sobre temas cruciais diante deste cenário de pandemia, como: cumprimento de contratos, relações de consumo, relações de trabalho, questões tributárias, de saúde, questões humanitárias e ambientais, e de ordem processual.

Como resultados parciais do projeto tem-se a veiculação de 22 áudios em 1.191 entradas durante a programação no período de 21 de abril a 12 de agosto com um alcance que abrange as cidades de Sidrolândia, Rochedo, Dois Irmãos do Buriti, Terenos e Campo Grande.

Assim, conclui-se que o projeto realiza com excelência a função social que a Prática Jurídica possui, promovendo o acesso à justiça à população, ao lhe fornecer informações relevantes e confiáveis, com o apoio dos acadêmicos do curso de Direito, aprendizes dessa ciência, e com o suporte técnico de conhecimento dos professores, assegurando uma oportunidade de aprendizagem para ambas as partes. Diante da instrumentalidade eficiente do projeto, a expectativa é que ele permaneça ativo mesmo após a pandemia.



9. Coordenação Administrativa

Dentre as atividades realizadas no decorrer do ano, a Coordenação Administrativa deu encaminhamento nos seguintes processos:

- Férias (marcação/alteração);
- Fechamento de RMO;
- Encaminhamentos de Termos de Ciência e Responsabilidade de Servidor;
- Acompanhamento e suporte em trabalho remoto;
- Acompanhamento/recebimento de Patrimônios;
- Acompanhamento de processos de empréstimos de patrimônios;
- Acompanhamento de processos de afastamentos;
- Acompanhamento de processos de prorrogação de contratos;
- Acompanhamento de processos de recebimento de novos servidores;
- Acompanhamento/realinhamento do Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU);
- Suporte docente;
- Suporte técnico;
- Gestão de materiais;
- Gestão de recursos;
- Publicação de atos normativos do Gabinete e Conselho da Fadir e
- Outras atividades administrativas.

10. Das Comissões

10.1. Comissão Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação

Composta pelos membros: Livia Gaigher Bosio Campello (Presidente); Andréa Flores; José Paulo Gutierrez; Marcelo Gomes Soares e Luana Rodrigues Meneses de Sá (representante discente)

10.2. Comissão Setorial de Extensão

Composta pelos seguintes membros: Tchoya Gardenal Fina do Nascimento (presidente); Aurélio Tomaz da Silva Briltes; Cesar Augusto Silva da Silva; Luiz Henrique Volpe Camargo e Henrique Navarro Dias Gonçalves.



10.3. Comissão Setorial da Comissão Própria de Avaliação

Composta pelos seguintes membros: Danielle de Ouro Mamed; Luciane Gregio Soares Linjardi; Natalia Pompeu; Henrique Navarro Dias Gonçalves; Marcelo Gomes Soares; representante discente da graduação Vitor Barbosa Pinto; e representante discente da pós-graduação Thays Baniski Teixeira.

10.4. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE tem por objetivo discutir, elaborar e reformular o Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Direito e é constituído pelos membros: Natália Pompeu (Presidente); Ana Paula Martins Amaral; Andréa Flores; Lívia Gaigher Bósio Campello; Luciani Coimbra De Carvalho; Nilton César Antunes Da Costa; Olavo De Oliveira Neto; Rejane Alves De Arruda; Tchoya Gardenal Fina Do Nascimento e Ynes Da Silva Félix.

10.5. Comissão do Plano de Biossegurança da Fadir

A Comissão Local de Biossegurança da Faculdade de Direito é composta pelos seguintes servidores: Ynes da Silva Felix (Presidente); Natalia Pompeu; Livia Gaigher Bosio Campello; Tchoya Gardenal Fina do Nascimento; Sandro Fabian Francilio Dornelles e Ludmar de Barros.

10.6. Comissão de Revisão de Atos Normativos

A Comissão de Revisão de Atos Normativos foi composta inicialmente pelos servidores: Devanildo Braz da Silva; Emily Pache de Souza Coimbra e Talita de Faria Campos Correa, posteriormente, foi recomposta, com a integração do servidor Marcelo Gomes Soares.

Após as determinações da PORTARIA Nº 758, DE 13 DE AGOSTO DE 2020, foi constituída uma comissão especial para realizar a análise dos atos administrativos expedidos pela Faculdade de Direito, composta pelos seguintes membros: Ynes da Silva Félix (Presidente); Natalia Pompeu; Tchoya Gardenal Fina Do Nascimento; Luciani Coimbra de Carvalho; Fernando Lopes Nogueira; Sandro Rogério Monteiro De Oliveira e Ludmar De Barros.



11. Dos Projetos de Extensão, Ensino de Graduação e Pesquisa

11.1. Projetos de Extensão realizados em 2020

11.1.2 Clínicas Jurídicas em Direitos Fundamentais Trabalhistas, Criminais e Previdenciários – Coordenador Aurélio Tomaz da Silva Briltes;

11.1.3 Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados - Coordenador Cesar Augusto Silva da Silva;

11.1.4 Novas perspectivas em Mecanismos Alternativos na Solução de Conflitos - Coordenadora Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas;

11.1.5 Oficinas Temáticas de Prática Jurídica – Coordenadora Tchoya Gardenal Fina do Nascimento;

11.1.6 Educação em Direitos Humanos na Comunidade Quilombola Furnas de Dionísio – Coordenador José Paulo Gutierrez;

11.1.7 Debates Contemporâneos em Ciências Criminais: reflexões a partir da a pandemia Covid-19, – Coordenador Caíque Ribeiro Galícia;

11.1.8 CPC/2015 em debate por estudo de casos - Coordenador Luiz Henrique Volpe Camargo;

11.1.9 Apoio ao XVII Congresso Internacional de Direitos Humanos - Coordenador José Paulo Gutierrez;

11.1.10 Tutela jurídica do Pantanal – Coordenadora Lívia Gaigher Bósio Campello.

11.1.11 Observatório Sobre A Violência Contra Mulher – Coordenadora Ynes da Silva Félix.

12. Projetos de Ensino de Graduação realizados em 2020

12.1.1 Mercado financeiro e desigualdade: como a regulação pode afetar a distribuição de renda? - Coordenadora Gleicy Denise Vasques Moreira;

12.1.2. Planejamento na Administração Pública: sob a ótica do direito administrativo, urbanístico e financeiro - Coordenadora Gleicy Denise Vasques Moreira;

12.1.3. 1ª Mesa Redonda LADIC – 31 anos da Constituição: É necessário desidratá-la? - Coordenador Sandro Rogério Monteiro de Oliveira;

12.1.4. Novas regras para suspensão do contrato de trabalho na pandemia – Coordenadora Ynes da Silva Félix;



12.1.5 A Proteção dos Direitos da Pessoa Humana: Direitos Humanos e Fundamentais - Coordenadora Isabelle Dias Carneiro Santos;

12.1.6 Projeto ASA: além da sala de aula – Coordenadora Danielle de Ouro Mamed;

12.1.7 Diálogos Constitucionais - LADIC DIGITAL – Coordenador Sandro Rogério Monteiro de Oliveira;

12.1.8 Faces do Direito Internacional dos Refugiados e dos Migrantes – Coordenador César Augusto Silva da Silva;

12.1.9. Temas polêmicos do processo civil contemporâneo - Coordenador Olavo de Oliveira Neto;

12.1.10 Debate Sobre O Livro “O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Migração Forçada”, de Lorena Pereira Oliveira Boechat - Coordenador César Augusto Silva da Silva;

12.1.11 Alterações Promovidas Pela Reforma Trabalhista no Direito Material e Processual Do Trabalho – Coordenadora Tchoya Gardenal Fina do Nascimento;

12.1.12 Crianças e Adolescentes Refugiados: Os Desafios de Crescer Longe de Casa- Coordenador César Augusto Silva da Silva;

13. Projetos de pesquisas desenvolvidos em 2020

13.1.1 O Direito Internacional dos Refugiados nas Américas: o Processo de Cartagena e as Américas – Coordenador Cesar Augusto Silva da Silva – Situação: Em andamento (Prorrogado: 15/10/2020 a 15/10/2022);

13.1.2 Direitos Humanos Sociais no Contexto Internacional - Coordenadora Ynes da Silva Félix – Situação: Em andamento (01/09/2020 a 01/12/2023)

13.1.3 Questões socioambientais do Pantanal: diagnóstico e alternativas jurídicas – Coordenadora Danielle de Ouro Mamed – Situação: abril de 2018 a março de 2020;

13.1.4 Análise do Tráfico de Pessoas e Migrações na Fronteira de Mato Grosso do Sul – Fase 2 – Coordenadora Luciani Coimbra de Carvalho – Situação: Em andamento (início: 01/06/2020, duração: 48 meses);

13.1.5 Violencia Contra Las Mujeres en Brasil Com Particular Énfasis En Mato Grosso Do Sul Y Enfoque De Derechos Humanos – Coordenadora Maria Esther Martinez Quinteiro – Situação: Em andamento (início: 31/10/2020, duração: 36 meses);



13.1.6 Direitos Humanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Global – Coordenadora Livia Gaigher Bósio Campello – Situação: Em andamento (Prorrogado por 36 meses);

13.1.7 Direito a Educação no Estado Democrático: levantamento e análise da produção bibliográfica (1992-2012) – Coordenadora Maurinice Evaristo Wenceslau (30/11/2013 a 29/12/2020);

13.1.8 Mecanismos Alternativos e Sustentáveis na Solução de Conflitos – Coordenadora Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas (31/12/2017 a 30/12/2022);

13.1.9 Prática Jurídica, Tratamentos Alternativos e Direitos Humanos. Análise das atuações do Estado frente às inovações tecnológicas da medicina baseada em evidências e os tratamentos médicos isentos de sangue. Medidas científicas para reduzir a judicialização e garantir o Direito Fundamental à Saúde – Coordenador Aurélio Tomaz da Silva Briltes (06/11/2016 a 06/11/2021);

13.1.10 Prática Jurídica em Direito da Seguridade Social e Direitos Humanos. Análise da efetividade do Estado na prestação jurisdicional e acesso à Justiça – Coordenador Aurélio Tomaz da Silva Briltes (06/11/2016 a 06/11/2021);

13.1.11 Prática Jurídica, Fronteira, Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos - Análise das ações do Estado frente ao reconhecimento, fortalecimento, valorização e garantias das Comunidades Tradicionais do Pantanal/MS – Coordenador Aurélio Tomaz da Silva Briltes (06/11/2016 a 06/11/2021);

13.1.12 Prática Jurídica em Direito do Trabalho e Direitos Humanos. Análise da efetividade do Estado na prestação jurisdicional e acesso à Justiça – Coordenador Aurélio Tomaz da Silva Briltes (06/11/2016 a 05/11/2021);

13.1.13 Acesso à Justiça: Métodos Adequados - Coordenador Nilton César Antunes da Costa (19/12/2017 a 29/11/2020);

13.1.14 Proteção dos Direitos Humanos Fundamentais no Código de Processo Civil – Coordenador: Ney Alves Veras (15/10/2018 a 15/10/2022).

14. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICs/FADIR)

TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO	ORIENTADOR	ACADÊMICO	MODALIDADE
Benefício da Prestação Continuada (BPC): da Lei 13.981/2020 e dos impactos na administração pública	Cesar Augusto Silva da Silva	Thiago Ferreira de Carvalho	PIBIC-CNPQ



federal			
NOÇÕES DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA: uma historiografia documental-legal do ensino secundário brasileiro (1930-1950)	Maurinice Evaristo Wenceslau	Rosamaris Saraiva da Cunha	PIBIC-CNPQ
Alteração das condições de trabalho na Reforma Trabalhista de 2017 à luz das Convenções da OIT e da meta 8.5 dos ODS	Ynes da Silva Félix	Ana Clara Carvalho de Souza	PIBIC-CNPQ
Isonções Fiscais e a aplicação efetiva do artigo 225 da Constituição Federal	Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas	Fernanda Ramos Konno	Voluntário
Direito Internacional dos refugiados, Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos: a aspiração de garantir a proteção da dignidade da pessoa humana e do próprio indivíduo	Cesar Augusto Silva da Silva	Maria Eduarda da Silva Coletti	Voluntário

15. Acordos de Cooperação

Os acordos de cooperação são instrumentos que possibilitam parcerias institucionais para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e pós-graduação.

São formalizados por solicitação do interessado ou pela FADIR. Cada acordo de cooperação tem um gestor, indicado pela Direção e designado pelo Pró-Reitor de Planejamento.

Dentre os acordos de cooperação existentes, destacam-se:

Partícipes do Convênio	Convênio/Acordo de Cooperação	Objeto	Vigência	Gestor(a)
UFMS X TRE/MS	039/2015	Estágio Extracurricular/Não Obrigatório	05/03/2015 A 04/03/2020	Ynes da Silva Félix
FADIR/UFMS X SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER E A CASA DA	021/2019	Observatório sobre a Violência contra a Mulher na Faculdade de	02/05/2019 A 02/05/2023	Ynes da Silva Félix



MULHER BRASIEIRA		Direito - Fadir/UFMS		
UFMS x MPE/MS	057/2017	Estágio obrigatório e não obrigatório	26/10/2023	Ynes da Silva Félix
UFMS X FAPEC	063/2019	Apoiar a UFMS	22/11/2019 a 31/07/2021	Ynes da Silva Félix
UFMS x MPE/MS	056/2019	Estágios obrigatórios e não obrigatórios	06/11/2019 A 06/11/2021	Ynes da Silva Félix
UFMS x Universidad Complutense de Madrid	002/2016	Protocolo de Intenções	08/04/2016 a 20/03/2021	Luciani Coimbra de Carvalho
UFMS x Universidade Portucalense Infante D. Hnerique	001/2016	Protocolo de Intenções	16/03/2016 A 13/09/2020	Luciani Coimbra de Carvalho
UFMS x AGEPEN	0081/2015	Estágio obrigatório	28/08/2015 A 27/08/2020	Fernando Lopes Nogueira
Ufms x Unicam (Unversidade de Camerino)		Protocolo de Intenções	11/12/2020	Ynes da Silva Félix
Acordo de Cooperação entre a UFMS e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)	057/2020	Acordo de Cooperação	057/2020-UFMS	César Augusto S. da Silva
Acordo de Cooperação entre UFMS e a Universidade de Washington Tacoma- EUA (UWT).	065/2020-UFMS	Acordo de Cooperação	17/11/2020	José Paulo Gutierrez

* Protocolo de intenções.

16. Revista Jurídica

A revista jurídica eletrônica do direito foi lançada em setembro/2015, servindo esta como um canal de divulgação dos conhecimentos obtidos através de pesquisa técnico-científica, propiciando o diálogo entre pesquisadores de diversos lugares, e o consequente desenvolvimento da pesquisa no estado de Mato Grosso do Sul.

A revista está classificada pelo qualis capes como B2, tendo 11 edições até o ano de 2020. A Prof.^a. Livia Gaigher Bosio Campello foi designada como editora da Revista Direito/UFMS, por meio da Instrução de Serviço nº 59, de 06/10/2014.

Campo Grande, MS, 11 de dezembro de 2020.

Profa. Dra. Ynes da Silva Félix
Diretora da FADIR/UFMS